

INCONSISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO INICIAL DO DOCENTE

INCONSISTENCIES IN INITIAL TEACHER TRAINING

DUTRA, Meire Cintia¹
CHAMPANGNATTE, Dostoiowski²
PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo³

RESUMO

A temática abordada no presente artigo refere-se a determinadas inconsistências quanto à formação inicial dos professores com uma vertente na contemporaneidade. A questão central que norteou o presente trabalho é: quais são os principais fatores históricos que contribuíram para o alargamento dessas inconsistências na formação inicial do professor? A importância da presente pesquisa está em verificar a relevância da formação inicial do professor e analisar sua história, para compreender a precariedade desse setor em alguns pontos primordiais, mister se faz avaliar o que se estabelece nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, ou seja, o que se expõe nessa resolução sobre o tema envolto, e refletir sobre os aspectos dessa formação no contexto educacional desse profissional na atualidade. A metodologia utilizada foi a bibliográfica, que consiste em leituras qualitativas de diversas obras sobre o tema proposto.

Palavras-chave: Graduação. Professor. Mercado de Trabalho.

ABSTRAT

The theme addressed in this article were determined inconsistencies regarding the initial training of teachers with a contemporary aspect. The central question that guided the present work is: what are the main historical factors that contributed to the expansion of these weaknesses in the initial formation of teachers? The importance of this research lies in verifying the relevance of the initial formation of the teacher and analyzing its history, to understand the precariousness of this sector in some primordial points, it is necessary to evaluate what is established in the National Curriculum Guidelines for the Initial Training of Teachers for Basic Education, that is, what is exposed in this resolution on the subject involved, and reflect on the aspects of this training in the educational context of this professional today. The methodology used was bibliographical, which consists of qualitative readings of several works on the proposed theme.

Keywords: Graduation. Teacher. Labor Market.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por finalidade acercar-se de determinadas inconsistências quanto ao tema formação inicial dos professores com uma vertente na contemporaneidade. Mister, refletir que todo o estudo surge de um questionamento, o que não foi diferente para a presente pesquisa, por isso, foi cogente ter como indagação essencial: quais são os principais fatores históricos que contribuíram para o alargamento dessas inconsistências na formação inicial do professor? Esse questionamento

¹ Mestranda em educação pela Faculdade de Inhumas – FacMais. E-mail: eriemdutra@yahoo.com.br

² Professor permanente no mestrado em Educação da FacMais.

³ Professor permanente no mestrado em Educação da FacMais.



abarcou a necessidade de situar tópicos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica que vieram para nortear, proferir, a ampliação dos ditames pedagógicos cabais às redes de ensino do Brasil e refletir sobre aspectos quanto à formação docente no contexto educacional.

A relevância da presente pesquisa está em analisar de forma breve os principais fatores históricos que contribuíram para o alargamento dessas inconsistências na formação inicial do professor, no campo educacional na atualidade e seus pontos favoráveis e desfavoráveis na atuação desse profissional, com vistas a uma reflexão que leve a mudança social para todos, ainda que utópica. Por isso, a relevância de conceituar a formação inicial do professor e analisar sua história, para compreender a precariedade desse setor em alguns pontos primordiais, mister se faz avaliar o que se estabelece nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, ou seja, o que se expõe nessa resolução sobre o tema envolto.

O presente artigo fora dividido em três tópicos: no primeiro verificar-se-á a conceituação do termo formação inicial do professor na educação básica, para garantir uma melhor análise e compreensão histórica dos reflexos na educação da atualidade. Bem como, analisar-se-á a evolução histórica sobre o acontecimento no campo da formação da profissão docente. Em que se destacou no Brasil, em um breve refletir histórico desde a chegada da família real no Brasil.

No segundo tópico, verificar-se-á o que se estabelece nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica que decorreram para guiar, proferir os pareceres pedagógicos essenciais as redes de ensino brasileiro. Em que um dos principais aspectos a serem analisados serão o que se estabelece a resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2019, quanto aos currículos dos cursos de licenciatura.

No terceiro tópico far-se-á uma reflexão a despeito do alargamento das inconsistências na formação inicial do professor nos cursos de licenciatura no Brasil no contexto educacional contemporâneo e como ainda persiste a influência mercadológica nesse sistema.

Para tanto, utilizou-se de uma bibliografia diversificada para examinar didaticamente, os pontos primordiais no tema abordado. Dessa forma, a metodologia empregada foi a bibliográfica, que versa em leituras qualitativas de distintas obras sobre o tema proposto.

2 Formação inicial do professor conceito e histórico

Por meio da terminologia, formação inicial do professor, entende-se que há inúmeras condições essenciais para adentrar nesse campo profissional, visto que se faz primordial verificar as habilidades e conhecimentos imprescindíveis para o exercício da profissão docente. Para tanto, compreender os conceitos é fundamental a presente pesquisa, a fim de entender os aspectos que norteiam a formação inicial do professor na educação básica.

O professorado, diante das novas realidades e da complexidade de saberes envolvidos presentemente na sua formação profissional, precisaria de formação teórica mais aprofundada, capacidade operativa nas exigências da profissão, propósitos éticos para lidar com a diversidade cultural e a diferença, além, obviamente, da indispensável correção nos salários, nas condições de trabalho e de exercício profissional. (LIBÂNEO, 2013, pp.77-8)

Neste sentido, destaca as palavras de José Carlos Libâneo (2013, pp.77-8) em que o corpo docente, em meio às atuais exigências contemporâneas, e o enredamento dos conhecimentos pertinentes ao arcabouço de sua profissão, necessita de entendimentos relacionados de forma mais arraigada, a fim de suportar as variedades no contexto educacional para assinalar o desenvolvimento na capacidade laborativa educacional. Ainda sobre essa perspectiva de formação do docente necessário citar Marcelo Máximo Purificação (2022, online) em suas palavras diz:

A formação de professor requer discutir sobre as teorias sobre currículo, considerando um olhar crítico visando desenvolver a consciência quanto a importância do seu papel de



educador. E também habilidades para transformação da realidade existente mediante uma prática educativa crítica, responsável, consciente e comprometida com a educação de qualidade. (PURIFICAÇÃO, 2022, online)

Após conceituar a formação inicial do docente imperioso se faz traçar um esboço histórico o qual coopera para perceber o desempenho das escolas no Brasil, sendo possível realizar reflexões e interpretações do âmbito educacional. Há várias transformações que a sociedade perpassa no decorrer dos tempos, e essas refletem e influenciam fortemente a educação e os modelos escolares no curso do tempo. Faz-se um recorte temporal, desde o período colonial e logo após a chegada da família real no Brasil aos dias atuais, de uma forma sucinta.

Alexandre Shigunov Neto (2015), em seu livro história da Educação Brasileira destaca as fases do processo de ensino desde o período Das Grandes Navegações até o Período Republicano destacando cada fase com precisão, mas para o presente estudo terá como marco inicial o período colonial e o papel dos Jesuítas que para o referido autor seria:

Seu papel na sociedade portuguesa da época foi fundamental, pois cabia a eles propiciar as condições necessárias para educar os grupos sociais menos favorecidos da população. Dessa forma, sua obra tornava-se uma atividade de caridade. Portanto, o ensino jesuítico, no início de suas atividades, não era um ensino para todos e sim para uma pequena parcela da população, pois destinava-se exclusivamente a ensinar os “ignorantes” a ler e escrever. (NETO, 2015, p. 25)

Maria Luisa Santos Ribeiro (2003, pp.17-18), reforça o pensamento acima ao destacar que a organização escolar no contexto da consolidação agrário-exportador dependente em que destaca fases: a jesuítica da escolarização colonial e a fase pombalina. Destaca a dificuldade encontradas com o regime de capitanias hereditárias, é criado o Governo Geral, segundo essa doutrinadora a estrutura educacional colonial visava aos interesses da política colonizadora dos portugueses. Em que a motivação da colonização era o foco da educação que visava o lucro da metrópole. Importante analisar a duração Período Colonial e as fases subsequentes, com enfoque na educação ministrada em cada período para tanto cita-se:

[...] período colonial durou de 1500 até a Independência, em 1822. A partir daí iniciou-se a fase política do Império, que durou até 1889. A educação escolar no período político do Brasil Colônia, ou, ao menos, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, passou por três fases: a de predomínio dos jesuítas; as das reformas realizadas pelo marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e aquela em que d.João VI, então rei de Portugal, trouxe a Corte para o Brasil (1808-21). (GHIRALDELLI, 2007, p. 5).

Um nome de grande expressão histórica para educação no contexto brasileiro é o Marquês de Pombal, Sebastião Mello de Carvalho e suas reformas administrativas que conseqüentemente influenciaram em suas colônias envoltas no preceitos iluministas neste sentido Max Elisandro dos Santos Ribeiro (et al, 2018) elucida que as mudanças perpetradas pelo Marquês de Pombal em Portugal, no século XVIII, como dito se ampliaram as colônias, tendo como o marco a banimento dos jesuítas do panorama do ensino brasileiro, porquanto, destarte, o Estado jamais teria aparecido o mérito quanto o assunto da educação, pois tinha cunho religioso.

Percebe-se com as referências acima demonstradas no contexto Colonial que o cunho educacional teve então dois pilares o religioso e lucro que a Metropole poderia angariar da Colonia. Após, a análise do período Colonial relatar-se-á sobre a Primeira República houve dois movimentos: um que primava pelo quantitativo; e o outro pelo qualitativo. Ou seja, um com o intuito de instituir e criar escolas; e o outro com as questões didáticas e conteúdo. Assim, é instituído o Ensino Superior (GHIRALDELLI, 2007, p. 16) Ainda do mesmo autor, o país passa por um outro momento conhecido como a “Era Vargas”:



Então, passamos, a viver uma nova fase no país, que ficou conhecida como a “Era Vargas” e teve três períodos: Getúlio Vargas no poder como membro importante do governo revolucionário, pós-outubro de 1930 (o “governo provisório”); Getúlio Vargas no poder após a promulgação da Constituição de 1934; Getúlio Vargas no poder após o golpe de 1937, no qual permaneceu, então como ditador, à frente do que chamou de “Estado Novo”, cujo fim se deu em 1945. (GHIRALDELLI, 2007, p. 27)

Então, durante esses períodos aconteceram relevantes impactos quanto às políticas educacionais brasileira. Nesse contexto, o Estado se torna um colaborador das iniciativas privadas e avoca obrigações à industrialização do país, dessa forma as camadas populares procuram um ensino profissionalizante para uma melhor qualificação do trabalho.

Compreende-se através do disposto acima que conforme Hilsdorf (2003) houve um alumbramento para inserirem companhias multinacionais no Brasil:

O governo federal foi o instrumento desse processo, primeiro no governo Vargas, com base no capital nacional, depois, no governo Juscelino Kubitschek, com o apoio do capital estrangeiro. Kubitschek estimulou a vinda de empresas estrangeiras que implantaram a indústria de base (automóveis e siderúrgicas, por exemplo), promovendo a chamada “substituição de importações”, embora, ao mesmo tempo, deixasse de pagar os juros da dívida externa e se negasse a recorrer ao FMI em nome de uma orientação política nacionalista liberal e democrática. (HILSDORF, 2003, p.122).

Dessa forma, a autora explica que educação se restringe à formação técnica-profissional, necessária para compor a mão-de-obra industrial. A educação escolar e vista na ótica de que a educação teria como viés ser uma aquisição, ou seja, um investimento, que tendo máxima operosidade e, portanto, para propiciar em melhor qualidade de vida, para tanto teria que se investir no indivíduo para que a mudança pessoal e social advenha. Mas especificamente nos idos dos anos 70 esse posicionamento foi admoestado como uma teoria pré-capitalista. (HILSDORF, 2003, pp.123-4).

Após a análise do exposto acima, entende-se que os conhecimentos adquiridos através da educação escolar promoveriam condições de vida mais favoráveis aos trabalhadores e ao meio social. Entretanto, os investimentos estrangeiros e os programas implantados abarcariam os interesses dos países investidores e não dos investidos. A partir de 1985, o Brasil livra-se da ditadura militar. Conforme Guiraldelli (2007), a nova democracia ampliou a liberdade para com as políticas democráticas do Brasil:

A discussão da política educacional, o embate das ideias pedagógicas e a legislação, tudo isso ganhou um nível de complexidade jamais visto, dada a complexidade da população brasileira, que depois dos anos de 1970 ultrapassou a casa dos milhões de habitantes. A respeito do período de 1985 até 2000 [...]. Distingo, então, primeiro, as propostas de alguns partidos políticos que se preocupavam com a educação. Depois, traço um percurso da política educacional dos anos de 1990 enfatizando a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – 1996). Em seguida, exponho linhas para que possamos entender que rumos tomou a literatura pedagógica em nosso país. Por fim, tento expor e comentar o que o governo Fernando Henrique fez pela educação brasileira. (GHIRALDELLI, 2007, pp.196-7)

Mister destacar que após sucinta conceituação e apontamentos históricos, é possível compreender a dinâmica de formação dos profissionais, que é influenciada pelos acontecimentos no decorrer do tempo e pelas necessidades de cada época. Dessa forma, possibilitou um melhor entendimento do processo de evolução da educação no Brasil e as influências desse procedimento na formação inicial do professor. Para tanto, conhecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a



Formação Inicial de Professores para a Educação Básica serão essenciais para entender as diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura, na atualidade.

2 - DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Neste tópico, verificar-se-á o que se determina nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica que transcorreram para conduzir, articular as implicações pedagógicas efetivas às redes do sistema de ensino do Brasil. Faz-se necessário entender o Marilena Chauí (apud SIMIONATO; HOBOLD 2021, online) destaca quanto o conceito de formação inicial do professor:

Assim sendo, a formação do professor para a construção do saber criativo e de uma formação cultural ampliada implica “formar verdadeiramente professores, de um lado, assegurando que conheçam os clássicos de sua área e os principais problemas nela discutidos ao longo de sua história e, de outro lado, levando em consideração o impacto das mudanças filosóficas, científicas e tecnológicas sobre sua disciplina e sobre a formação de seus docentes” (CHAUÍ apud SIMIONATO; HOBOLD 2021, online)

Dessa forma, conforme mencionado pela autora supramencionada, importante estabelecer os fatos que foram e são mais relevantes no decorrer dos tempos, a fim de promover uma melhor formação do professor, que condicione a esses conhecimentos com maiores análises em áreas essenciais ao desenvolvimento da humanidade. Por isso, averiguar os basilares referentes à resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2019, quanto aos currículos dos cursos de licenciatura. Antes de adentrarmos na tecnicidade da lei mister se faz conceituar o que são diretrizes:

As **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)** são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo **Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Mesmo depois que o Brasil elaborou a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, as Diretrizes continuam valendo porque os documentos são complementares: as Diretrizes dão a estrutura; a Base o detalhamento de conteúdos e competências. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, online, 2018)

Dessa forma, o Conselho Nacional de Educação delineou os caminhos, programações para a formação docente em seu início para educação basilar e estabeleceu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, conforme exposto abaixo:

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 (*) (1) Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). [...] CONSIDERANDO que: O § 8º do art. 62 da LDB estabelece que os currículos dos cursos da formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-Educação Básica); [...] O Ministério da Educação (MEC) elaborou, em 2018, a “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica”, encaminhada ao Conselho Nacional da Educação (CNE) para análise e emissão de parecer e formulação da resolução regulamentando a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. (MEC, 2023, ONLINE)

Conforme exposto na citação acima, essa resolução descreve as matérias inerentes às aprendizagens fundamentais no que concerne à formação do docente, ajustamentos curriculares que



visam à completa ampliação desses profissionais. Essa resolução é composta por 9 capítulos e um anexo. Sendo que no primeiro capítulo, trata-se da implementação dessa diretriz em toda as categorias e prospectos propostos à formação do professor. Conforme, verifica-se abaixo:

Parágrafo único. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e a BNC-Formação têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018. (MEC, 2023, ONLINE)

O capítulo II das DCNs, é sobre os fundamentos e da política de formação do professor a fim de acatar as particularidades da execução de suas atuações, dos objetivos diversos conforme as etapas e modalidades da educação basilar.

Art. 5º A formação dos professores e demais profissionais da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tem como fundamentos: I - a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II - a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e III - o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação. Parágrafo único. A inclusão, na formação docente, dos conhecimentos produzidos pelas ciências para a Educação, contribui para a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem, devendo-se adotar as estratégias e os recursos pedagógicos, neles alicerçados, que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao conhecimento. (MEC, 2023, ONLINE)

Dessa forma ao ler a presente resolução compreende-se que ao expor esses dois artigos que compõem as DCNs, demonstra-se também de forma breve os demais capítulos em que o terceiro: tem como título o que se refere à organização curricular dos cursos superiores para a formação do professor; o quarto é sobre os cursos de licenciatura, o qual foi organizado em três grupos definindo as respectivas cargas horárias. No quinto capítulo traz a organização para os estudos de formação em segunda licenciatura; O sexto capítulo: versa sobre a formação pedagógica para graduados. O sétimo capítulo: aborda sobre a formação para atividades pedagógicas e de gestão. Já no oitavo: refere-se ao processo avaliativo interno e externo dos licenciandos. E no último capítulo são as disposições transitórias e finais (MEC, 2023, online).

Para uma melhor compreensão da temática abordada mister entender sobre a dinâmica da resolução, visto que sua exegese deve ser realizada em conjunto com outras normativas, para compreender as questões práticas que envolvem o docente e quais métodos devem empregar neste sentido cita-se:

A Resolução CNE/CP nº 02/2019 não é uma normativa isolada, mas faz parte de um conjunto de legislações de cunho reformista que invertem a lógica, fabricando determinada identidade docente, definindo como os professores devem agir, quais são os problemas práticos que devem resolver, que metodologia devem utilizar e quais conteúdos devem ser trabalhados com os alunos da educação básica, dentro do modelo gerencial que subjaz ao pacote reformista em curso (HYPÓLITO, 2010 apud SIMIONATO; HOBOLD 2021, online)

Após essa breve explanação sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, a formação do professor sempre esteve embasada em diversas formas de pensamento pedagógicos que estiveram fundamentadas em distintas sugestões de ensino. Diante de todo o exposto, compreendeu-se toda a dinâmica em uma estrada que proporcione uma educação para todos, há de se refletir também sobre o pós Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. Assim, far-se-á uma reflexão sobre as inconsistências ocorridas na formação do docente e as influências neoliberais.



3- INCONSISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO INICIAL DO DOCENTE E INFLUÊNCIAS NEOLIBERAIS

O presente tópico, visa verificar o imenso desafio que é a formação inicial do professor, em tempos atuais. Visto que há uma série de situações que contribuem para uma não completa formação desse profissional, que é responsável pela aprendizagem de outros indivíduos, e para o desenvolvimento de uma sociedade mais ética, humana e que promova a democracia do conhecimento de forma plena. Para tanto far-se-á necessário conhecer algumas estruturas que impossibilitam uma efetiva formação acadêmica. Há de se notar que os professores lidam com as exigências de um sistema educacional que prioriza uma influência mercadológica. Conforme exposto a seguir:

Têm se avolumado entre os educadores de esquerda estudos críticos em relação a essa concepção de educação integrante do paradigma neoliberal de economia e ao movimento da qualidade total em educação, mas poucos deles têm se dedicado a investigar os ingredientes de uma proposta de qualidade de ensino de conotação emancipatória em face do atual contexto histórico-social. (LIBÂNEO, 2013, pp.79).

Neste sentido, destaca as expressões de José Carlos Libâneo (2013, p.79), ampliou-se os estudos quanto aos ideais neoliberais nessa dinâmica educacional, em contraposição ao termo – qualidade – que incita a um sentido mercadológico; e não a uma educação crítica, democrática, ou seja, emancipatória. Ainda nesse sentido o autor, mencionado acima:

A escola de hoje precisa propor respostas educativas e metodológicas em relação a novas exigências de formação postas pelas realidades contemporâneas como a capacitação tecnológica, a diversidade cultural, a alfabetização tecnológica, a superinformação, o relativismo ético, a consciência ecológica. Pensar num sistema de formação de professores supõe, portanto, reavaliar objetivos, conteúdos, métodos, formas de organização do ensino, diante da realidade em transformação. (LIBÂNEO, 2013, pp.80).

Para compreender o exposto pelo autor mencionado acima, é necessário a escola nos dias atuais repensar as reivindicações abancadas pelos fatos presentes, a fim de reconsiderar os modelos do ensino, frente às mudanças ocorridas, conforme o contexto atual. Exemplifica-se o autor Ronaldo Filho Manzi (2022, p. 241):

Frigotto nos mostra que há uma relação entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho, os processos educativos ou de formação humana e a reprodução da cultura de valores que os indivíduos definem para si. (MANZI, 2022, p.241)

Nesse viés, conforme exposto acima, há uma interligação entre as várias esferas econômicas e os sistemas educativos, e os costumes que determinam as individualidades. Ainda o autor Manzi (2022, p. 248):

Ou seja, sua tese é que a educação tem como finalidade a “servidão” de uma classe trabalhadora ao domínio de uma classe burguesa. Ao fazer da educação um capital humano, a seu ver, teríamos instaurado numa determinada classe social um “destino” de servidão de exigir de si o máximo possível para se dar bem na vida. Eis porque Frigotto destaca como há um discurso salvacionista no campo político, na disseminação do investimento no capital humano, pois vê a educação uma potencialidade futura. Com isso, cria-se uma espécie de tecnologia educacional que ajusta seus requisitos ao mercado de trabalho:(...). (MANZI, 2022, p.248)



Dessa forma Ronaldo Filho Manzi (2022, p.248), verifica que a educação deve harmonizar-se com as concepções mercadológicas, em que se propõe no neoliberalismo, um pensamento de bem-estar agregado a esses ideais, e subjuga uma classe servidora a outra; dominadora, que utiliza desses quesitos para satisfazer seus objetivos. Assim, Bernadete Angelina Gatti (2013-2014, Revista USP, p. 36) destaca:

Há um acúmulo de impasses e problemas historicamente construídos e acumulados na formação de professores em nível superior no Brasil que precisa ser enfrentado. No foco das licenciaturas, esse enfrentamento não poderá ser feito apenas em nível de decretos e normas, o que também é importante, mas é o processo que deve ser feito também no cotidiano da vida universitária. (...) o desafio não é pequeno quando se tem tanto uma cultura acadêmica acomodada num jogo de pequenos poderes, como interesses de mercado de grandes corporações. (GATTI, 2013-4, p.36).

Como mencionado, acima pela autora, existe um amontoado de empecilhos e dificuldades arquitetados no decorrer da história quanto à formação docente do ensino superior brasileiro e que necessitam ser afrontados. Principalmente, no que se refere às licenciaturas, tem que ser além das normativas, que também são importantes, mas uma reavaliação no dia a dia das universidades. As provocações para satisfazer as influências mercadológicas são alicerçadas em uma estrutura refinada, mas assentada. Ainda a autora, Bernadete Angelina Gatti (2013-2014, Revista USP, p. 41), menciona:

(...) Apenas sinalizamos que elas mostram, pelas análises trazidas, a necessidade de repensar e redirecionar os estágios curriculares na formação de professores, e que há viabilidade para tanto. Isso demanda, sem dúvida, um investimento profissional por parte dos docentes das instituições de ensino superior, mas também um esforço das próprias instituições para criar condições para a concretização desses projetos. Para as instituições privadas, essa renovação significa também custos que devem se propor a assumir. Na EAD a questão é mais crucial e necessita cuidados especiais. (GATTI, 2013-4, p.36).

Denota-se, inúmeras apreciações que demonstram o carecimento de refletir e reposicionar as atividades práticas de formação docente. Assim, faz-se necessário esforços dos profissionais, entretanto as instituições devem proporcionar a efetivação desses esboços. E que a educação a distância requer zelos específicos, uma vez que os estudantes, em maior parte de seus estudos, são isolados do ambiente acadêmico. Percebe-se que a normatização educacional é voltada para questões neoliberais, não se preocupando com o conhecimento, neste sentido:

O alinhamento das leis educacionais brasileiras com as políticas neoliberais também se evidencia na obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Fundamental para aqueles que não frequentaram na idade apropriada, esta medida compensatória, busca em seu cerne, integrar um maior número de indivíduos ao mercado de trabalho, visto que ao se escolarizarem, passam a atender aos requisitos exigidos pelo capital. Mostrando também que o país ainda possui um grande número de analfabetos, que precisam ser “recuperados” para que possam ocupar melhores postos de trabalho.(BASSO, 2014,online)

Verifica-se com a citação acima que o capital e lucro no sistema neoliberal influenciam sobremaneira a formação dos profissionais da educação, pois o que se busca é formar indivíduos para a manutenção desse sistema, em que o indivíduo é regido pelo que o mercado de trabalho necessita. Neste tópico, compreendeu-se as influências mercadológicas no processo educativo, uma vez que há inúmeros fatores engendrados no contexto histórico que se refletem na atualidade educacional, em especial, no que se refere aos cursos de licenciatura. Pois, apresentam uma vida acadêmica que aceita pacificamente essas concepções neoliberais, no entanto, devem ser confrontadas e repensar essas formações - não somente quanto a nível dos licenciandos, mas também quanto aos procedimentos ofertados pelas instituições, em especial, as EADS.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrer sobre as inconsistências na formação inicial do professor entende-se que sempre houve, desde outras épocas, o anseio por uma educação de melhor qualidade, e que a educação atual é reflexo de situações no curso da história. Assim, no decorrer do tempo, inúmeras incongruências foram vinculadas no processo educativo, e que para se valer de uma profissão tão nobre é necessário possuir conhecimentos imprescindíveis.

Percebe-se que o Estado abraça as responsabilidades educacionais, desde o período colonial. No contexto atual, há proeminentes momentos quanto às políticas educacionais, os quais atraíram investimentos estrangeiros, diretamente influenciadas pelo neoliberalismo. Em que, a intensidade do aprendizado se reduziu a uma formação aligeirada.

Cogente analisar por meio de uma leitura apurada dos estudos de pesquisadores sobre a formação inicial do professor do curso de licenciatura. Para isso, fora necessário realizar um breve percurso histórico. E entender a relevância de se ter um caminho para conduzir o conhecimento dentro das instituições de ensino superior do Brasil. Surgindo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica.

Dessa forma, as decorrências pedagógicas efetivas do sistema educacional brasileiro, pôde examinar os fundamentos referentes à resolução n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, no tocante aos currículos dos cursos de licenciatura. Entretanto, por meio das pesquisas em especial, de Bernadete Angelina Gatti (2013, p. 43), “ Muitas das disposições dessas diretrizes não são observadas nos currículos, como mostram as pesquisas (...)”.

Sabe-se que mesmo essa resolução sendo formulada para dirimir as inconsistências na formação inicial do docente na rede de ensino superior brasileira requer muita persistência para que as modificações indispensáveis advenham, visto que essas inconsistências estão arraigadas. E refletir sobre o conhecimento proporcionado pelas instituições – públicas ou privadas - a esses profissionais demanda um cuidado, para não transformar a grandiosidade do conhecimento, da formação profissional em curso aligeirado com falhas no exercício desses trabalhadores educacionais.

Dessa forma, há um sistema educacional que lida com as reivindicações neoliberais, tendo que se adaptar com as concepções mercadológicas. Ocasiona-se, um paradoxo entre uma educação “democrática”, e uma educação superficial, em especial, as ofertadas pelos cursos EADs, e também pelo estágio supervisionado que não é acompanhado de forma adequada, em vez de se tornar uma experiência no campo da profissão, resume-se uma forma burocrática.

Após averiguar toda a temática percebe-se que é primordial para o conhecimento de como ocorre a formação inicial do docente na rede de ensino brasileira. Uma vez que surgem, vários questionamentos sobre a qualidade do trabalho desses profissionais, que são responsáveis pelo conhecimento de outros estudantes, em especial pela alfabetização, em um país que também enfrenta pontos críticos nesse campo. E que para haver mudanças, faz-se fundamental evidenciar que não será uma transformação em pouco tempo, envolve todo um processo complexo.

As normas servem para orientar o profissional para ter um melhor desempenho, e que todo o profissional de educação deve ter em mente que para um melhor processo ensino-aprendizado, depende de seu investimento pessoal, ou seja, deve estar constantemente em busca por conhecimento, rompendo paradigmas, dando ao discente um processo de ensino voltado ao auto-conhecimento e independência em que, suas virtudes sejam amplamente descobertas e trabalhadas, e só é possível quando o profissional da educação está disposto a reconhecer que sua formação não deve esvair-se com o tempo, mas o tempo deve ser seu aliado.

No presente trabalho observou-se em seus tópicos a importância de conceituar e historiografar os passos da evolução da formação do profissional docente ao longo da dinâmica da sociedade, depois mister as normas, em especial averiguar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, que perpassaram para reger, pronunciar os efeitos pedagógicos essenciais às redes do sistema de ensino do Brasil. E por fim teve como



premissa verificar as inconsistências na formação profissional e daí ver o que isso afeta no processo ensino-aprendizagem.

Os tópicos foram os objetivos que nortearam o presente estudo, demonstrou-se a relevância em cada objetivo da formação do docente, em que a história é fator para conhecer o prognóstico atual da educação, pois é através de fatos pretéritos que pode-se conhecer e estruturar as normas vigentes, bem como dar sustentação e demonstrar com mais clareza as inconsistências na formação do professor.

Conhecer a formação dos professores e detectar os possíveis dilemas educacionais, pois a aprendizagem está intimamente ligada ao processo preparatório do professor, seja em sua formação inicial ou continuada, ofertar aos profissionais ferramentas que os capacitem a ter uma formação inicial com vista a formar-se como um profissional capaz de utilizar todas as suas competências e reforçar e ampliar os conhecimentos pertinentes à profissão de professor.

Dessa forma, o presente artigo está longe de esgotar todas as nuances que envolvem as inconsistências da formação inicial do professor e no cotidiano da rede de ensino do Brasil. Conhecer esse tema no contexto educacional possibilita averiguar as falhas no contexto escolar e refletir sobre plausíveis soluções. A temática mencionada denota que há possibilidades de muitas outras pesquisas, a fim de demonstrar outros pontos que necessitam ser abordados.

REFÊRENCIAS:

BASSO, Daniela. **AS INFLUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.** (ufj.edu.br).2014 Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/29044/17224>. Acesso em: 20/07/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-CNE-CEB-002-2019-12-20.pdf>. Acesso em: 15 jul 2023.

EDUCAÇÃO PARA TODOS, **O que são e para que servem as diretrizes curriculares? (todospelaeducacao.org.br)** Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-sao-e-para-que-servem-asdiretrizes-curriculares/>. Acesso em 19/07/2023

GATTI, Bernadete Angelina. *A Formação Inicial de Professores para a Educação Básica: as Licenciaturas.* Revista USP, São Paulo, n. 100, p. 33-46, Dezembro/Janeiro/Fevereiro, 2013-2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/76164/79909>. Acesso em: 10 mai 2023.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **A nova filosofia da educação.** Barueri, SP: Manole, 2007.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira.** [livro eletrônico] / Leituras Maria Lucia Spedo Hilsdorf. Edições Ltda. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** [livro eletrônico] / José Carlos Libâneo. – 13. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

MANZI, Ronaldo Filho. **Neoliberalismo e educação: conversas e desconversas.** – 1. Ed. Curitiba: Editorial Casa, 2022.

NETO, Alexandre Shigunov. **História da Educação Brasileira Do Período Colonial ao predomínio das Políticas Educacionais Neoliberais.** São Paulo Salta – 2015



PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo. **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CURRÍCULO: PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES EM CONTEXTO BRASILEIRO**. e-Mosaicos, [S.l.], v. 11, n. 27, p. 200 - 220, out. 2022. ISSN 2316-9303. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/58873/43643>>. Acesso em: 20 jul. 2023. doi:<https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2022.58873>

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar** Maria Luisa Santos Ribeiro – 19 ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção memória da educação)

RIBEIRO Max Elisandro dos Santos. **História da educação** [recurso eletrônico] / [et al.] ; [revisão técnica : Wilian Junior Bonete]. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.

SIMIONATO, M. F.; HOBOLD, M. de S. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores: padronizar para controlar? . Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 72-88, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i46.8917. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8917>. Acesso em: 20 jul. 2023.